

PROCESSO: 59800-55.2006.5.24.1 (RO) – 2ª Turma

JUIZ REDATOR: JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

PUBLICAÇÃO: DO/MS Nº 105 de 11/07/2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL VERSUS RELAÇÃO DE EMPREGO. ELEMENTOS DA RELAÇÃO COMERCIAL CONFIGURADOS. QUESTÃO MAIS ADEQUADA ÀS AÇÕES INDIVIDUAIS. RECURSO PROVIDO. Os requisitos configuradores da relação de representação comercial, segundo os critérios emergentes do art. 1º da Lei n. 4.886/65, são: a) liberdade de itinerário nas visitas a clientes; b) liberdade de emprego do tempo; c) ônus pessoal das despesas e de sua organização (isso se tiver escritório próprio); d) inscrição nos registros competentes; e) pagamento dos impostos e taxas pelo exercício da atividade. No presente caso, todos esses requisitos estão evidenciados, não havendo que ser falar em relação de emprego, mormente quando essa pretensão se dá através da Ação Civil Pública, que tem finalidade específica (defesa judicial dos interesses ou direitos metaindividuais), o provimento jurisdicional dela emanado, (coisa julgada) é *erga omnes* (em caso de procedência do pedido) e *ultra partes*. Assim, **considerando que cada representante comercial poderá socorrer-se individualmente da atividade jurisdicional na busca da efetivação dos seus direitos, hipótese em que proporcionará uma investigação exauriente de todos os elementos fáticos e meios probatórios que sustentam a relação jurídica entre eles e a reclamada, entendendo que a solução mais equânime deve ser feita individualmente e não no plano coletivo, de modo a afirmar, como pretende o autor, que todos os representantes comerciais autônomos sejam empregados, pois consoante acima assentado, pelo menos um expressamente diz não ser.** Recurso provido por maioria.

ACORDAM os Juízes da Egrégia 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Quarta Região, por unanimidade, aprovar o relatório e conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz João Marcelo Balsanelli (relator); no mérito, por maioria, dar-lhe provimento quanto ao tópico referente ao vínculo de emprego, julgando prejudicada a análise dos demais tópicos do recurso, nos termos do voto do Desembargador João de Deus Gomes de Souza (revisor), vencido o Desembargador relator. Redigirá o acórdão o Desembargador revisor. Juntará voto convergente o Desembargador Nicanor de Araújo Lima. Por motivo de férias, esteve ausente o Desembargador Márcio Eurico Vitral Amaro. Sustentação oral: Dr. Décio José Xavier Braga, pela recorrente. Campo Grande, 20 de junho de 2007.